JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2024.01.23 06:23:34 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VIII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Terça-feira, 23 de janeiro de 2024 • Nº 1728 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

FINANCIAMENTOS

Plano prevê investimentos de R$ 300 bi na indústria nacional

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem, um plano de estímulo à indústria brasileira, que enfrenta um quadro crônico de estagnação e perda de competitividade. Batizado de Nova Indústria Brasil, o pacote reedita políticas de antigas gestões petistas ao prever R$ 300 bilhões em financiamentos e subsídios ao setor, até 2026, além de uma política de obras e compras públicas, com incentivo ao conteúdo local (exigência de compra de fornecedores brasileiros). O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lidera a iniciativa, mobilizando R$ 250 bilhões dos R$ 300 bilhões previstos em créditos ao setor produtivo. PÁGINA 2

JUSTIÇA

LULA MARQUES/ABRASIL

Publicada nomeação de Lewandowski como ministro

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski foi nomeado ministro da Justiça e Segurança Pública. O decreto presidencial foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União ontem. Segundo o ato, ele passará a exercer o cargo em 1º de fevereiro. A data em que Lewandowski assumirá de fato o posto já estava definida desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o confirmou para o ministério. Até lá, o ministro Flávio Dino segue no comando da Justiça. Dino assumirá uma cadeira no Supremo em 22 de fevereiro. Desde que Flávio Dino foi indicado para uma vaga no STF, em 27 de novembro do ano passado, Lewandowski era o favorito para comandar a Justiça. Ele pretendia começar uma temporada de trabalho mais tranquila e aproveitar mais a família, após deixar a Corte em abril do ano passado. No entanto, recebeu incentivo de amigos e da própria família para aceitar o convite de Lula. Com a saída de Dino e a entrada de Lewandowski, o Ministério da Justiça poderá ganhar atuação mais discreta. PÁGINA 5

2024

RICARDO STUCKERT

Lula sanciona Orçamento e corta R$ 5,6 bi de emendas de políticos

O presidente Lula (**foto, com Tebet**) sancionou ontem, a Lei Orçamentária Anual (LOA) com vetos que incluem um corte de R$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares. A informação foi confirmada pelo relator do Orçamento de 2024, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP). O valor de R$ 4,9 bilhões do Fundo Eleitoral para campanhas municipais, aprovado pelo Congresso em dezembro do ano passado, a princípio, foi mantido, segundo o senador Randolfe Rodrigues, líder do governo no Congresso. "Falando pela área econômica do governo, até poderíamos optar ou preferir um fundo menor, mas foi uma decisão do Congresso", disse. O corte nas emendas de comissão foi necessário devido à diferença entre o IPCA estimado e o realizado - a inflação de 2023 fechou em 4,62%, mas as despesas foram calculadas sobre projeção de alta de 4,85%. PÁGINA 3

ÚNICA SOLUÇÃO

UE pressiona Israel pela criação de um Estado palestino

Os ministros de Relações Exteriores da União Europeia (UE) insistiram, ontem, que a criação de um Estado palestino é a única forma crível de alcançar a paz no Oriente Médio e expressaram preocupação com a clara rejeição da ideia pelo primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu. "As declarações de Benjamin Netanyahu são preocupantes. Será necessário um Estado palestino com garantias de segurança para todos", disse o ministro francês. PÁGINA 6

STF

JOSE CRUZ/ABRASIL

Moraes prorroga inquérito sobre milícias digitais

O ministro Alexandre de Moraes (**foto**), do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou ontem o inquérito que apura a atuação de milícias digitais nas redes sociais para divulgação de desinformação contra a democracia e às instituições brasileiras durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. Com a decisão, a Polícia Federal (PF) terá mais 90 dias para concluir as investigações. PÁGINA 5

INDICADORES

IBOVESPA: -0,81% / 126.601,55 / -1.034,10 / Volume: R$ 18.603.786.543 / Negócios: 3.629.539

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
BRF SA ON NM	13.64	+4.92	+0.64
CIELO ON NM	4.62	+3.12	+0.14
EMBRAER ON NM	21.75	+1.97	+0.42
USIMINAS PNA N1	8.60	+1.18	+0.10
AZUL PN N2	13.25	+1.07	+0.14

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
HAPVIDA ON NM	3.79	–5.72	–0.23
LOJAS RENNERON NM	15.81	–5.44	–0.91
ASSAI ON NM	13.610	–4.83	–0.690
LWSA ON NM	5.49	–4.69	–0.27
CARREFOUR BRON NM	11.31	–4.40	–0.52

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE ON NM	67.80	–0.44	–0.30
ITAUUNIBANCOPN N1	32.40	–1.64	–0.54
PETROBRAS PN N2	37.70	+0.45	+0.17
HAPVIDA ON NM	3.79	–5.72	–0.23
BRADESCO PN N1	15.46	–1.15	–0.18

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	38.001,81	+0,36
NASDAQ Composite	15.360,285	+0,32
CAC 40	7.413,25	+0,56
FTSE 100	7.487,71	+0,35
DAX	16.683,36	+0,77
Ftse Mib	30.182,32	-0,33

Salário mínimo	R$ 1.412,00	**IGP-M**	0,74% (dez.)	**EURO turismo**	
Ufir	R$ 4,3329	**IPCA**	0,56% (dez.)	Compra: 5,4841	Venda: 5,6641
Taxa Selic		**CDI**		**DÓLAR Ptax - BC**	
(13/12)	11,75%	(13/12)	11,65%	Compra: 4,9490	+0,54%
Poupança 3		**OURO**		**DÓLAR comercial**	
(22/01)	0,5162%	BM&F/grama	R$ 321,95	Compra: 4,9872	Venda: 4,9878
TR		**EURO Comercial**		**DÓLAR turismo**	
(22/01)	0,0161%	Compra: 5,4285	Venda: 5,4291	Compra: 5,0096	Venda: 5,1896

Economia

MERCADOS

Bolsa inicia semana em baixa de 0,81%, aos 126,6 mil pontos

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) começou a semana de ré, em queda de 0,81%, aos 126.601,55 pontos, ainda no menor nível de encerramento desde 12 de dezembro. Em NY, onde os três principais índices vêm de ganhos na semana passada, a alta ficou entre 0,22% (S&P 500) e 0,36% (Dow Jones) ontem.

Na Bolsa, o giro de ontem se limitou a R$ 18,6 bilhões, em sessão na qual o Ibovespa (Índice Bovespa) oscilou dos 125.875,65 aos 127.842,59 pontos, saindo de abertura aos 127.636,32 - com o pêndulo tendo variado mais para baixo do que para cima ao longo do dia, estendendo a correção do ano. Nas últimas cinco sessões, o Ibovespa caiu em quatro e subiu apenas na da sexta-feira, passada. Assim, em janeiro, cede agora 5,65%.

A perda do Ibovespa na sessão não foi maior porque Petrobras conseguiu avançar 0,23% (ON) e 0,45% (PN), acompanhando ao longe o ganho em torno de 2% para o petróleo na sessão, que recolocou o Brent a US$ 80 por barril.

Vale ON caiu ontem 0,44% e a queda entre os grandes bancos chegou a 1,64% (Itaú PN) no fechamento - exceção para Santander (Unit +0,13%) no fim do dia. Na ponta ganhadora, destaque para BRF (+4,92%), Cielo (+3,12%) e Embraer (+1,97%). No lado oposto, Hapvida (-5,72%), Lojas Renner (-5,44%, refletindo rebaixamento da recomendação do Citi, de 'compra' para 'neutra') e Assaí (-4,83%).

DÓLAR

O risco fiscal voltou a dar as cartas no mercado de câmbio doméstico neste início de semana e levou o dólar a se aproximar novamente do nível de R$ 5,00. Plano do governo Lula de incentivo à indústria da ordem de R$ 300 bilhões, dos quais R$ 250 bilhões via BNDES, avivou temores da volta dos chamados incentivos parafiscais e de piora das contas públicas.

No fim do dia, o dólar à vista subia 1,23%, cotado a R$ 4,9873 - maior valor de fechamento desde o dia 31 de outubro de 2023 (R$ 5,0414).

BC/Focus

Mercado reduz novamente previsão de inflação para 2024

LUCIANO NASCIMENTO/ABRASIL

O mercado financeiro reduziu novamente a previsão da inflação para este ano. Segundo projeção do Boletim Focus, divulgada ontem pelo Banco Central (BC), o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) - considerado a inflação oficial do país - deve fechar este ano em 3,86%.

Há uma semana, a projeção do mercado era de que a inflação este ano ficasse em 3,87%. Há quatro semanas, a previsão era de 3,91%.

Divulgado semanalmente, o Boletim Focus reúne a projeção de mais de 100 instituições do mercado para os principais indicadores econômicos do país. Para 2025, a projeção da inflação ficará em 3,5%. Para 2026 e 2027, a previsão é que o índice fique nos 3,5% nos dois anos.

A estimativa para 2024 está dentro do intervalo de meta de inflação que deve ser perseguida pelo BC. Definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a meta é 3% para 2023, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual (p.p) para cima ou para baixo. Ou seja, o limite inferior é 1,5% e o superior 4,5%.

Para alcançar a meta de inflação, o BC usa como principal instrumento a taxa básica de juros, a Selic, a taxa básica de juros, definida em 11,75% ao ano pelo Comitê de Política Monetária (Copom).

O comitê informou que deve seguir com cortes de 0,5 p.p nas próximas reuniões.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, a finalidade é conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança.

Quando o Copom diminui a Selic, a tendência é que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle sobre a inflação e estimulando a atividade econômica.

Para o mercado financeiro, a Selic deve encerrar 2024 em 9% ao ano. Para o fim de 2025, a estimativa é de que a taxa básica caia para 8,5% ao ano. A mesma previsão para 2026 e 2027.

Diário do Acionista

As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade

Tels.: (21) 99122-4278

publicidade@diariodoacionista.com.br

FINANCIAMENTOS

Plano prevê investimentos de R$ 300 bilhões na indústria

BIANCA LIMA E MARIANA CARNEIRO/AE

O governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva lançou ontem, um plano de estímulo à indústria brasileira, que enfrenta um quadro crônico de estagnação e perda de competitividade. Batizado de Nova Indústria Brasil, o pacote reedita políticas de antigas gestões petistas ao prever R$ 300 bilhões em financiamentos e subsídios ao setor, até 2026, além de uma política de obras e compras públicas, com incentivo ao conteúdo local (exigência de compra de fornecedores brasileiros).

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) lidera a iniciativa, mobilizando R$ 250 bilhões dos R$ 300 bilhões previstos em créditos ao setor produtivo. Desse total, R$ 77,5 bilhões já foram aprovados em 2023, sendo R$ 67 bilhões do banco de fomento e R$ 10,5 bilhões da Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), que administra o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Uma das linhas já disponíveis é o Programa Mais Inovação, que concede crédito cobrando a variação da Taxa Referencial mais um adicional de 2%. Segundo o Palácio do Planalto, trata-se dos "menores juros já aplicados para financiamento à inovação no País". Outros R$ 20 bilhões serão concedidos exclusivamente pelo Finep, por meio de recursos não-reembolsáveis, ou seja, que não precisam ser devolvidos e que serão distribuídos via chamadas públicas e editais.

No evento, Lula afirmou que os R$ 300 bilhões são um "alento" para a indústria "dar um salto de qualidade". "É muito importante para o Brasil que a gente volte a ter uma política industrial inovadora, totalmente digitalizada, como o mundo exige hoje, e que a gente possa superar de uma vez por todas esse problema de o Brasil nunca ser um país definitivamente grande e desenvolvido", afirmou o presidente.

"O nosso problema era dinheiro. Se dinheiro não é problema, então nós temos que resolver as coisas com muito mais facilidade", disse Lula, ao cobrar os ministros para que apresentem resultados pelo novo programa. A fala do presidente chama a atenção num contexto de grande incerteza em relação ao cumprimento da meta de déficit zero neste ano, com a equipe econômica debruçada sobre o Orçamento, que precisa ser sancionado até ontem.

"Muitas vezes, para que o Brasil se torne competitivo, tem que financiar algumas das coisas que ele quer exportar. A gente não pode agir como a gente sempre agiu, achando que todo mundo é obrigado a gostar do Brasil e que todo mundo vai comprar no Brasil sem que a gente cumpra com as nossas obrigações. O debate a nível de mercado internacional é muito competitivo, é uma guerra", disse Lula.

MERCADANTE

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, rebateu as críticas e defendeu a volta do investimento estatal, alegando que outros países também estão nessa trilha.

"Precisamos fazer um debate franco. Eu quero perguntar a esses que escrevem todos os dias dizendo que estamos trazendo medidas antigas: me expliquem a China? Por que a China é o país que mais cresceu no mundo nos últimos 40 anos? Me explique a política econômica americana. Já são dois trilhões na década em subsídio, incentivo, em investimento público para atrair empresas, inclusive empresas brasileiras", afirmou.

"Não tem como rever a indústria brasileira sem uma nova relação de Estado e mercado. Não é substituir o mercado, não é não acreditar na importância do mercado, que é uma instituição indispensável de desenvolvimento econômico. Mas o Brasil precisa, diante de desafios históricos, da transição digital acelerada e do imenso desafio da crise ambiental (...) a transição para a economia verde exige a participação do Estado", destacou.

Mercadante afirmou, ainda, que o valor de R$ 300 bilhões é "piso" do que o governo deseja aplicar na política industrial e afirmou que os demais bancos estatais - Banco do Brasil e Caixa, além da Finep - "trabalharão de forma coordenada no mesmo objetivo".

SEIS ÁREAS

O Nova Indústria Brasil é focado em seis áreas específicas, que possuem metas de entrega para um horizonte de dez anos. São elas: cadeias agroindustriais; saúde; bem-estar das pessoas nas cidades; transformar digitalmente; bieconomia, descarbonização e transição e segurança energéticas; e defesa.

No caso do eixo ligado à saúde, por exemplo, uma das metas é elevar de 42% para 70% a participação da indústria nacional na produção de medicamentos, vacinas, equipamentos e dispositivos médicos. Já no caso da área de defesa, busca-se obter autonomia na produção de 50% das tecnologias "críticas" para a área.

"Ficamos sete anos sem ter reunião do CNDI (Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial) e esta já é a segunda no seu governo Lula é comprometido com a indústria, porque sabe que não tem desenvolvimento mais forte sem indústria forte", afirmou Geraldo Alckmin, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços durante o evento no Palácio do Planalto.

O ministro estava ao lado do presidente Lula e do ministro da Casa Civil, Rui Costa. O evento também contou com a participação de empresários, como Guilherme Gerdau e Márcio de Lima Leite, presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Chamaram a atenção, porém, as ausências dos ministros da área econômica. Não estavam presentes Fernado Haddad, da Fazenda, e Simone Tebet, do Planejamento e Orçamento.

No discurso, Alckmin também relembrou outras iniciativas, como a depreciação acelerada, que permite que as empresas abatam mais rapidamente, dos impostos federais, os investimentos em maquinário; e a utilização do poder de compra do Estado para contratações públicas, como obras e compras da administração direta e de empresas estatais para alavancar o desenvolvimento industrial em áreas consideradas estratégicas, como infraestrutura, energia limpa, saúde e defesa.

Nesses casos, sobressaem iniciativas como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), coordenado pela Casa Civil, bem como as aquisições realizadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) e pelas Forças Armadas Brasileiras.

No âmbito das compras públicas, o foco está em três instrumentos que o Estado pode utilizar para fomento do desenvolvimento: margens de preferência (diferencial de preços, nas compras públicas, para beneficiar os produtos nacionais); compensações tecnológicas, industriais e comerciais (offsets); e encomendas tecnológicas.

Firjan comemora nova política industrial, mas quer alinhamento com sustentabilidade fiscal

Juliana Garçon/AE

A Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) divulgou nota comemorando o anúncio da nova política industrial, anunciada pelo governo federal ontem. A Firjan considera as iniciativas "apropriadas para o atual momento socioeconômico", mas ponderou que elas têm de ser alinhadas à sustentabilidade fiscal.

Contudo, a entidade também afirmou que é "imperativo olhar para o passado recente, aprendendo com os erros que podem comprometer o sucesso dessas iniciativas". A federação apontou que medidas que gerem um grande impacto no orçamento público, sem produzir "benefícios econômicos tangíveis", devem ser evitadas.

"Sem equilíbrio fiscal, corremos o risco de interromper o atual ciclo de queda das taxas de juros, elemento vital para o desenvolvimento da indústria. É fundamental que as ações propostas não apenas tenham um impacto positivo na atividade industrial, mas que também estejam alinhadas à sustentabilidade fiscal", disse a Firjan em nota.

"A Firjan acredita que ao adotar uma abordagem equilibrada, focada na efetividade econômica e na responsabilidade fiscal, a nova política industrial poderá verdadeiramente impulsionar esse setor, contribuindo para a retomada do crescimento econômico sustentável do País e a geração de empregos", concluiu a entidade.

Anfavea: política industrial dá previsibilidade a investimentos e geração de empregos

EDUARDO LAGUNA

A Anfavea, entidade que representa as montadoras de veículos, destacou ontem, em sua manifestação sobre a nova política industrial, que o plano traz previsibilidade para as empresas continuarem investindo e gerando empregos.

"Neste momento de rápidas mudanças tecnológicas, com foco no meio ambiente, a Anfavea saúda e celebra esta importante iniciativa do governo, que fortalece a indústria brasileira e entrega previsibilidade para que o setor privado continue investindo e gerando empregos de qualidade no nosso país", comentou a associação da indústria de veículos, em nota.

No âmbito da nova política industrial, o governo já tinha anunciado no fim do ano passado o novo regime automotivo, chamado de Mover, que prevê incentivos fiscais de R$ 19,3 bilhões até 2028 para a produção de carros mais seguros e menos poluentes, sendo R$ 3,5 bilhões apenas neste ano.

O programa ao setor será em parte bancado pela taxação das importações de carros híbridos e elétricos, uma forma de o governo forçar a produção de novas tecnologias automotivas no Brasil.

A Anfavea destaca, em sua nota, que a descarbonização é um foco importante da nova política. "Estão contemplados, por exemplo, a sustentabilidade da frota automotiva, o estímulo à produção de novas tecnologias de mobilidade, a compra de máquinas nacionais para agricultura familiar, além da produção e uso do biodiesel", observa a associação.

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

2024

Lula sanciona Orçamento e corta R$ 5,6 bi de emendas

FERNANDA TRISOTTO, CAIO SPECHOTO E SOFIA AGUIAR/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou ontem, a Lei Orçamentária Anual (LOA) com vetos que incluem um corte de R$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares. A informação foi confirmada pelo relator do Orçamento de 2024, deputado Luiz Carlos Motta (PL-SP).

O valor de R$ 4,9 bilhões do Fundo Eleitoral para campanhas municipais, aprovado pelo Congresso em dezembro do ano passado, a princípio, foi mantido, segundo o senador Randolfe Rodrigues, líder do governo no Congresso. "Falando pela área econômica do governo, até poderíamos optar ou preferir um fundo menor, mas foi uma decisão do Congresso", disse.

O corte nas emendas de comissão foi necessário devido à diferença entre o IPCA estimado e o realizado - a inflação de 2023 fechou em 4,62%, mas as despesas foram calculadas sobre projeção de alta de 4,85%. Essas emendas são consideradas as "herdeiras" do chamado Orçamento Secreto, extinto pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em 2022, porque também seguem a lógica de distribuição segundo os interesses das cúpulas da Câmara e do Senado.

"O presidente sancionou o orçamento com alguns vetos. A ministra do Planejamento, Simone Tebet, vai concluir de onde (nas comissões) vão ser retirados esses vetos nos próximos dias. Logicamente, pela redução do IPCA, o governo perdeu a arrecadação e, por isso, ele teve que fazer alguns cortes, que a ministra se comprometeu em fazer isso o mais rápido possível, para nos passar e discutirmos como vai ser a reposição disso", afirmou.

Motta confirmou que a diferença apresentada por Tebet em reunião foi de R$ 5,6 bilhões, e que a redução no Orçamento incluía as emendas, mas sem especificar o tipo. *O Estadão/Broadcast* (sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado) antecipou na sexta-feira, que havia a expectativa de veto de R$ 5,5 bilhões do total de R$ 16,6 bilhões destinados às emendas de comissão.

O prazo para a sanção do Orçamento terminou ontem. Motta inicialmente havia dito que o ministério do Planejamento apresentaria as opções de corte até a próxima semana. "A ministra do Planejamento ficou de fazer isso o mais rápido possível porque ela ainda não tem onde vai ser cortado, vai fazer durante esses próximos dias e se comprometeu a se reunir com a gente na próxima semana ou no comecinho de fevereiro para analisarmos", disse.

Ainda segundo o deputado, o governo teria se comprometido a negociar a reconstrução do valor total de emendas.

Motta participou de reunião com o presidente Lula e os ministros Simone Tebet (Planejamento), Rui Costa (Casa Civil), Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Esther Dweck (Gestão).

NOVO PAC

O senador Randolfe Rodrigues também esteve no encontro. Segundo ele, o veto na LOA não necessariamente foi para alocar recursos no Novo Programa de Aceleração (PAC), e a peça orçamentária será sancionada com R$ 54,5 bilhões ao programa.

À imprensa após a reunião, o senador confirmou que o veto de R$ 5,6 bilhões se refere às emendas de comissão. De acordo com ele, contudo, o veto foi "unicamente" devido à diferença entre o IPCA estimado e o realizado.

"Tem uma circunstância no orçamento que temos, governo e Congresso, que celebrar, que é o fato de termos tido uma inflação menor. Tendo inflação menor, temos uma previsão de receita menor. Isso impôs alguns vetos. Tivemos que destinar um veto de R$ 5,6 bilhões, estabelecendo R$ 11 bilhões para os recursos de comissão", afirmou.

Randolfe destacou que o veto visa "acomodar recursos no orçamento", não necessariamente ao PAC. "Vamos agora debater e conversar com o Congresso para encontrar as melhores soluções".

Setor em crise

Lula se reunirá com aéreas nos próximos dias para discutir ajuda

LUIZ ARAÚJO/AE

O ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, afirmou ontem, que o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, vai se reunir nos próximos dias, entre esta e a próxima semana, com representantes de companhias aéreas para discutir medidas de recuperação do setor.

"O presidente de fato quer ajudar nessa equação que vai desde o combustível, passando por linha de crédito, até a judicialização", disse o ministro.

As declarações foram dadas durante evento de balanço das operações do setor aéreo em 2023. Apesar do crescimento de 15,3% na movimentação de passageiros, o ministro destacou que ainda há desafios para fortalecer as companhias e resultar em maior democratização do acesso aos voos.

"Vamos nos reunir para discutir o fortalecimento das companhias aéreas, que sabemos que no mundo todo enfrentam desafios", disse Costa Filho.

As três principais companhias que atuam no mercado doméstico reclamam de questões financeiras. Entre elas, a Gol está com o pior quadro e busca evitar a adesão à recuperação judicial.

Nota

FAZENDA REMANEJA R$ 707 MI EM CRÉDITO PARA AJUDAR PRODUTORES DE LEITE

As cooperativas de produtores de leite terão direito a uma linha de crédito emergencial de R$ 707 milhões. O Ministério da Fazenda publicou ontem uma portaria remanejando recursos do Plano Safra 2023/24 para a linha temporária e especial de crédito para capital de giro. Chamada de Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro Giro) Faixa 2, a linha emergencial tem como objetivo socorrer os produtores afetados pelo baixo preço do leite. Até 30 de junho, eles poderão contrair empréstimos de 8% ao ano e 60 parcelas, com carência de 24 meses para o pagamento da primeira. A criação da linha de crédito foi aprovada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) em dezembro.

Emissões

Tesouro capta US$ 4,5 bilhões no exterior com juros mais altos

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Tesouro Nacional captou US$ 4,5 bilhões de investidores internacionais com aumento de juros em relação às últimas emissões. O dinheiro veio do lançamento, ontem, de US$ 2,25 bilhões em títulos da dívida externa com vencimento em 2034 e de US$ 2,25 bilhões em papéis com vencimento em 2054.

A taxa obtida na emissão dos papéis de dez anos somou 6,35% ao ano. No último lançamento desse tipo de papel, em abril do ano passado, o rendimento havia sido 6,15% ao ano. Apesar das taxas mais altas, fontes do Tesouro informaram que as taxas foram menores que as esperadas, de 6,5% ao ano.

Para os papéis de 30 anos, a taxa somou 7,15% ao ano. Na emissão mais recente, em junho de 2021, os juros alcançados haviam somado 4,925% ao ano. Nesse caso, a alta decorreu principalmente dos juros nos Estados Unidos, que em 2021 estavam no menor nível da história, por causa do estímulo econômico concedido durante a pandemia de covid-19.

No caso dos papéis de dez anos, as taxas foram as mais altas registradas para esse tipo de título desde fevereiro de 2005. Em relação aos papéis de 30 anos, os juros são os maiores desde agosto de 2006.

Os juros básicos nos Estados Unidos começaram a subir em 2022 e, desde julho do ano passado, estão estáveis numa banda entre 5,25% e 5,5% ao ano. Como a taxa final dos títulos brasileiros no exterior depende do rendimento dos títulos norte-americanos, considerados os investimentos mais seguros do mundo, mais um prêmio de risco, os juros para os papéis brasileiros também subiram.

Taxas baixas de juros indicam pouca desconfiança dos investidores de que o Brasil não conseguirá pagar a dívida. Em momentos de crise econômica e de aumento das taxas externas como o atual, os estrangeiros passaram a cobrar juros mais elevados para comprar os papéis brasileiros.

Por meio do lançamento de títulos da dívida externa, o governo pega dinheiro emprestado dos investidores internacionais com o compromisso de devolver os recursos com juros.

NORONHA ENGENHARIA S.A.
CNPJ Nº 33.451.311/0001-26 - NIRE 3330004221-1
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os acionistas por esta Diretora Presidente a se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, conforme permite o artigo 7º. do Estatuto Social da Empresa, na sede social na Avenida Graça Aranha 226, 9º. andar, Centro, Rio de Janeiro, as 9:00 hs do dia 15/02/2024, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: i) Eleição da Diretoria para o triênio 2024 a 2027, ii) Fixação do limite de valor da remuneração global dos diretores da Companhia para o triênio 2024 a 2027, iii) Assuntos Gerais. Rio de Janeiro, 19 de janeiro de 2024.
Moema Para Noronha - Diretora Presidente,

AKTI MARINE SUPPLY EXPORTADORA S.A.
CNPJ/ME nº 05.870.219/0001-65 - NIRE nº 33.3.0027664-5
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: Ficam os Senhores Acionistas da Akti Marine Supply Exportadora S.A. ("Akti" ou "Companhia") convocados a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 31/01/2024 às 15:00hs, na Rua Sacadura Cabral, nº 51, sala 401, Centro, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20081-262, para deliberarem sobre as seguintes matérias: (i) destituição de diretor, com alteração do art. 7º, caput, do Estatuto Social da Companhia; (ii) eleição de diretor, com alteração do art. 7º, caput, do Estatuto Social da Companhia; (iii) autorização para a Diretoria da Companhia adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os instrumentos necessários à implementação das deliberações aprovadas pelos Acionistas. Rio de Janeiro, 23 de Janeiro de 2024. AKTI MARINE SUPPLY EXPORTADORA S.A. - Adolfo Acioli do Prado Neto - Diretor; Cristiano Ferraz de Oliveira - Diretor.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 117/2023

A Pregoeira Claudia da Silveira Carvalho convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 117/2023 no dia 20/02/2024 às 09h00min. - Objeto: **Aquisição de Monitores de área - Contador Geiger-Müller, com sonda para contaminação de superfície – Pancake (02 unidades)**. Processo nº. 33409.001601/2022-10. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2023

O Pregoeiro Pedro Paulo Gonçalves Baptista Alves Nunes convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 61/2023 no dia 23/02/2024 às 09h00min. - Objeto: Aquisição de Medicamentos - Antibióticos II (CEFAZOLINA SÓDICA 1 G INJETÁVEL, FRASCOAMPOLA; CEFEPIMA, CLORIDRATO 1 G INJETÁVEL, FRASCOAMPOLA; CEFEPIMA, CLORIDRATO 2 G INJETÁVEL, FRASCOAMPOLA e etc). Processo nº. 33409.004549/2023-34. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

ÚNICA PARTICIPAÇÕES LTDA.
CNPJ Nº 36.169.712/0001-86 -NIRE 33202234034
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - REUNIÃO DE SÓCIOS (2ª CONVOCAÇÃO): Ficam os Senhores Sócios de ÚNICA PARTICIPAÇÕES LTDA ("ÚNICA") convidados a se reunirem em Reunião de Sócios a ser realizada, no dia 31 de janeiro de 2024, às 14:00horas, no endereço situado na Rua Sacadura Cabral nº 51 – sala 401, Saúde, Rio de Janeiro - RJ, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) destituição de administrador não socio da ÚNICA, com a consequente alteração da cláusula sexta de seu contrato social; (ii) eleição administrador não sócio da ÚNICA, com a consequente alteração da cláusula sexta de seu contrato social; (iii) manifestação a ser proferida pela ÚNICA em deliberação social da Naveriver acerca da alteração da cláusula sexta do contrato social da Naveriver para destituir do quadro administrador não socio; (iv) manifestação a ser proferida pela ÚNICA em deliberação social da Naveriver para eleger administrador não sócio da Naveriver, com a consequente alteração da cláusula sexta de seu contrato social; (v) manifestação a ser proferida pela ÚNICA em deliberação social da Flunave acerca da alteração da cláusula sexta do contrato social da Flunave para destituir do quadro administrador não socio; (vi) manifestação a ser proferida pela ÚNICA em deliberação social da Flunave para eleger administrador não sócios da Flunave, com a consequente alteração da cláusula sexta de seu contrato social; (vii) determinação de que a administração da ÚNICA e de suas controladas pratiquem todos os atos necessários à implementação das deliberações aprovadas nos itens anteriores da Ordem do Dia, inclusive, mediante o exercício do direito de voto da ÚNICA e de suas controladas em qualquer deliberação social de outras sociedades. Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2024. ÚNICA PARTICIPAÇÕES LTDA. - Adolfo Acioli do Prado Neto; Cristiano Ferraz de Oliveira.

Tangará Energia S.A.
CNPJ/ME nº 03.573.381/0001-96 – NIRE 33.300.325.131
Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária.
São convidados os Senhores Acionistas da **Tangará Energia S.A.** a participarem da AGE que se realizará em sua sede social, Na Avenida Almirante Júlio de Sá Bierrenbach nº 200, Edifício Pacific Tower, bloco 02, 2º, sala 16, Jacarepaguá, Rio de Janeiro-RJ, às 14:00 horas do dia 01/02/2024, para deliberar sobre as seguintes matérias: (i) ratificar a nomeação dos peritos avaliadores contratados para preparação do Laudo de Avaliação, para fins da cisão parcial da Companhia; (ii) examinar, discutir e aprovar os termos e condições do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da Companhia; (iii) examinar, discutir e aprovar o Laudo de Avaliação preparado peritos avaliadores e, caso aprovada a Cisão Parcial, aprovar a alteração do Estatuto Social da Companhia; (iv) discutir e aprovar a Cisão Parcial da Companhia, proporcional ou desproporcional, com versão da parcela cindida para as sociedades: (a) **RNBL I Energética S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 48.173.752/0001-80 e (b) **Geração Bioeletricidade Holding S.A.**, sociedade anônima, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.012.353/0001-89; (v) autorizar os Diretores da Companhia a promover o arquivamento e publicação dos atos da Cisão Parcial, bem como a praticar todos os atos necessários para a sua consumação e formalização; (vi) alterar a diretoria da Companhia; (vii) consolidar o estatuto social da Companha; e (viii) Instruções e Informações Gerais. Rio de Janeiro, RJ, 22/01/2024. Carlos Gustavo Nogari Andrioli – Diretor. (23, 24 e 25/01/2024)

MAGUS MARICÁ EMPREENDIMENTOS S.A.
CNPJ 22.161.009/0001-17 - NIRE 33300315977
ATA DA AGE REALIZADA EM 31/03/23: Às 10h, na sede da Cia., situada na Rua Visconde de Pirajá 577, sala 606/607, Ipanema, RJ/RJ, CEP 22.410-003 ("Cia."). CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Convocação dispensada, nos termos do Art. 124, §4º da Lei 6.404/76, face à presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme anexa Lista de Presença de Acionistas (Anexo I). MESA: Presidente e Secretário: Gustavo de Souza Agostini. ORDEM DO DIA: Deliberar (i) a redução do capital social da Cia.; (ii) a alteração da redação do art. 5º do Estatuto Social da Cia.; e (iii) a lavratura da ata e demais providências a serem tomadas pelos administradores da Cia. RESOLUÇÕES: Por unanimidade de votos, os acionistas deliberaram: DELIBERAÇÕES: **(i)** Aprovar a redução do capital social da Cia., na forma do art. 173 da Lei n.º 6.404/76, por julgá-lo excessivo em relação ao seu objeto, no valor de R$ 80.000,00, com o cancelamento de 80.000 ações ordinárias, integrantes do capital social da Cia. ao preço de R$ 1,00 por ação, por sua única acionista Magus Shopping Centers S.A. Em virtude da redução de capital excessivo em relação ao objeto social, o capital social passará a ser de R$ 3.052.070,57, dividido em 3.052.070 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. A redução do capital social no valor de R$ 80.000,00, correspondente ao montante de redução acima aprovado, será efetuada mediante a restituição aos acionistas da Cia. (na exata proporção das respectivas participações no capital social) em até 15 dias contados a partir da presente data, na forma abaixo, comprometendo-se os acionistas da Cia. a devolver o valor recebido caso haja oposição de credores no prazo legal de 60 (sessenta) dias a partir da publicação da presente ata, conforme previsto no art. 174 da Lei 6.404/76. **(ii)** Em consequência da redução do capital ora aprovado, o caput do Art. 5º do Estatuto Social da Cia. passará a viger com a seguinte redação: *"Art. 5º - O capital social é de R$ 3.052.070,57, ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, ao preço de emissão de R$1,00 por ação."*. **(iii)** Em virtude das deliberações tomadas acima, os acionistas decidem, por unanimidade, ratificar as demais disposições do Estatuto Social, não alteradas por este instrumento, bem como consolidar o Estatuto Social da Cia., encontrando-se sua consolidação como Anexo III à presente, o qual se constitui como parte integrante desta AGE. Autorizar os administradores da Cia. a praticarem todo e qualquer ato necessário à formalização da redução do capital social da Cia. e da distribuição de dividendos, bem como a promoverem o arquivamento e publicação da presente. **ENCERRAMENTO**: Às 11h, nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por todos os presentes. GUSTAVO DE SOUZA AGOSTINI (Presidente e Secretário da Mesa), Acionistas: MAGUS SHOPPING CENTERS S.A (representada por Gustavo de Souza Agostini - Diretor Superintendente).

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA
MINISTÉRIO DA SAÚDE — GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 71/2023

O Pregoeiro Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 71/2023 no dia 19/02/2024 às 10h00min. - Objeto: Aquisição de Material de Laboratório (Reagentes para Tromboelastometria, em lote único), com equipamento em comodato (Cubeta, Material poliestireno, cor incolor, Ponteira laboratório, material polietileno 10 a 320 microl, Reagente contendo solução de citochalasina - D, e etc). Processo nº. 33409.003916/2023-82. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

PERFIL X CONSTRUTORA S.A.
CNPJ/MF: 08.733.497/0001-69 - NIRE: 33.3.0030743-5
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA / ESCRITURA DECLARATÓRIA "TERMO DE RESOLUÇÃO" FIRMADA PELA ÚNICA ACIONISTA PLENA PARTICIPAÇÕES S.A., EM 09 DE JANEIRO DE 2024. (Ata lavrada sob a forma de sumário, como faculta o artigo 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76). 1 - DATA, HORA E LOCAL: Em 09 de janeiro de 2024, às 09:00 (nove) horas, na sede social da Sociedade, na Estrada Velha de Maricá, 249 - parte, Várzea das Moças, na Cidade de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, CEP: 24.753-511. **2 - CONVOCAÇÃO E PRESENÇA**: Dispensadas as formalidades de convocação haja vista a presença da totalidade dos acionistas da Sociedade, considerando a condição da Perfil X Construtora S.A. de subsidiária integral da Plena Participações S.A., nos termos do artigo 251, § 2º, da Lei 6.404/76, conforme apontamentos no Livro de Registro de Ações, e a condição de representantes da acionista conferida à Sra. Danyelle Cruz Lopes e ao Sr. Marcelo Chagas Viana. **3. MESA**: Presidente: Sr. Marcelo Chagas Viana; Secretária: Sra. Danyelle Cruz Lopes. **4 - ORDEM DO DIA E DELIBERAÇÕES APROVADAS POR UNANIMIDADE: 4.1.** Eleger para o cargo de Diretor Administrativo o **Sr. Rodrigo do Rego Barros Lapagesse A Correa**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 2710510, expedida pelo SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 099.328.927-42, residente e domiciliado na Rua Saboia Lima, nº 11, apt. 903, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 20.521-250, para cumprir mandato pelo período de 03 (três) anos, com início em 09 de janeiro de 2024 e término em 09 de janeiro de 2027. **4.2.** Ficando a Diretoria da companhia a partir desta data composta pelo **Sr. Allan Carvalho dos Santos**, brasileiro, divorciado, empresário, portador da carteira de identidade nº 23.815.948-7, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 127.689.597-66, residente e domiciliado na Avenida Almirante Tamandaré, nº **4.400**, bloco 2, 201, Piratininga, Niterói, RJ, Cep: 24.350-380, pela **Sr.ª. Kassia de Sousa Ramos Machado**, brasileira, atualmente convivendo em união estável, empresária, portadora da carteira de identidade nº 21.793.486-8, expedida pelo DETRAN/RJ, inscrita no CPF/MF sob o nº 133.923.937-03, residente e domiciliada na Rua Doutor João Valentim Tavares, nº 33, apto 308, Piratininga, Niterói, RJ, Cep: 24.358-160 e pelo **Sr. Rodrigo do Rego Barros Lapagesse A Correa**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da carteira de identidade nº 2710510, expedida pelo SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 099.328.927-42, residente e domiciliado na Rua Saboia Lima, nº 11, apt. 903, Tijuca, Rio de Janeiro, RJ, Cep: 20.521-250. Não havendo outros assuntos a serem discutidos, o Sr. Presidente agradeceu a participação de todos. Ficam arquivados na sede da Companhia e à disposição de qualquer Acionista todos os documentos submetidos à apreciação desta Assembleia Geral Extraordinária referidos nesta ata. Aprovada a lavratura da ata das deliberações tomadas em Assembleia sob a forma de sumário, como facultado no art. 130, § 1º, da Lei nº 6.404/76. **5 - ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, o Sr. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada, e assinada por todos os presentes. São Gonçalo (RJ), 09 de janeiro de 2024. Certifico que a presente é cópia fiel da original lavrada no livro próprio. **Danyelle Cruz Lopes - Secretária**. Jucerja nº 6044304 em 22/01/2024.

VERÃO: Chuvoso durante o dia e à noite. Manhã Tarde Noite 21º 19º 85% 05:37 18:56

VINDO DA FRANÇA

PF prende em Viracopos argentino com 18kg de drogas

KARINA FERREIRA/AE

A Polícia Federal (PF) prendeu em flagrante um argentino que tentava entrar no Brasil com cerca de 18 quilos de MDMA (princípio ativo do ecstasy). A prisão ocorreu na manhã de ontem, no Aeroporto Internacional de Viracopos, em Campinas, grande São Paulo.

A droga estava em pacotes plásticos pretos escondidos no fundo falso de uma bagagem despachada.

O passageiro partiu da França, onde a mala com a droga não foi verificada pela inspeção do aeroporto europeu, e tinha como destino o Brasil.

O homem de 49 anos responderá por tráfico internacional de droga, e poderá ser condenado a até 25 anos de prisão. O local onde o argentino está detido não foi informado pela PF.

Neste ano, a fiscalização da PF no terminal de passageiros e bagagens foi batizada de Portão 8 - uma referência à soma dos números do ano de 2024. Em 2023, a mesma operação, que levava o nome Sentinela, resultou em 51 flagrantes, com 55 pessoas presas e 261 quilos de drogas apreendidos, sendo 113 quilos de cocaína e 148 quilos de maconha.

Este ano, o Supremo Tribunal Federal (STF) disse que irá retomar o processo sobre a despenalização pela posse de maconha, em que os magistrados devem discutir a quantidade da planta a ser estabelecida para diferenciar usuários de traficantes.

VIOLÊNCIA

Tarcísio retoma operação que matou 28 no Guarujá em 2023

O governo do Estado de São Paulo desencadeou novas Operações Escudos em quatro diferentes regiões paulistas após cinco ataques cometidos contra policiais militares. Na noite de quinta-feira passada, a soldado PM Sabrina Freire Romão Franklin, de 30 anos, foi assassinada após tentativa de assalto na Estrada Ecoturística de Parelheiros, na zona sul da capital paulista. No ano passado, essa operação incentivada pelo governador Tarcísio de Freitas, deixou um saldo de 28 mortos no município do Guarujá.

Este foi apenas um dos cinco ataques a policiais militares que ocorreram entre os dias 18 e 19 de janeiro no Estado paulista. O modelo de Operação Escudo ganhou notoriedade em julho e agosto do ano passado, quando, após a morte de um policial da Rota, a ação desencadeada pelas forças policiais deixou 28 mortos na Baixada Santista em um mês.

Dois agentes foram denunciados em dezembro por supostamente terem forjado um confronto e dificultado a gravação das câmeras corporais; o governo tem defendido a legalidade da atuação.

No caso específico, a Secretaria disse analisar a denúncia e ressaltou que a acusação não desqualifica toda a operação, que resultou em 976 prisões

"Nenhum ataque a policial ficará impune. Já estamos imediatamente em operação após esses fatos. Nós temos uma Operação Escudo acontecendo nestes pontos de ataques", disse, em relação aos novos casos, Guilherme Derrite, secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo, sobre a resposta da Segurança Pública aos recentes ataques a policiais no Estado.

Conforme a SSP, as Operações Escudo foram desencadeadas pela Polícia Militar nos pontos de ataques aos agentes para identificação e prisão dos criminosos.

"São elas: 2ª Operação Escudo, na área do CPA/M-6 que abrange a região de Santo André, 3ª Operação Escudo, na área do CPA/M-10, abrangendo a região sul da capital paulista, decorrentes do assassinato da soldado PM Sabrina, 4ª Operação Escudo, na área do CPI-9, que abrange a área de Piracicaba e a 5ª Operação Escudo, na área do CPA/M - 7, que abrange a região de Guarulhos", afirmou a SSP.

Ainda segundo a pasta, as Operações Escudo são deflagradas todas as vezes nas quais criminosos atentam contra o Estado, por meio do ataque a policiais. "Têm como objetivo restabelecer a ordem pública e a sensação de segurança na comunidade local, além de identificar e prender os responsáveis pelas ações criminosas contra os agentes de segurança paulistas", afirmou a SSP.

Em 5 de setembro do ano passado, a gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) anunciou o fim da Operação Escudo na Baixada Santista. Desde o início da ação, em 28 de julho de 2023, a Polícia Militar matou 28 pessoas no litoral paulista.

Na época, a operação foi desencadeada um dia após a morte do soldado Patrick Bastos Reis, das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), a tropa de elite da PM paulista, atingido enquanto realizava patrulhamento na Vila Zilda, no Guarujá. Para prender os responsáveis pela morte do policial, foi deflagrada essa operação.

BRUMADINHO

Protestos em SP chamam a atenção para impunidade

CAMILA BOEHM/ABRASIL

Cinco anos após o rompimento da barragem de Brumadinho, em Minas Gerais, a capital paulista recebe exposição de arte e realiza ato na Avenida Paulista com objetivo de chamar a atenção para a impunidade dos responsáveis pela tragédia. Em 25 de janeiro de 2019, a ruptura de uma barragem da mineradora Vale deixou 270 mortos e provocou degradação ambiental em diversos municípios mineiros.

Até 25 de fevereiro, a exposição Paisagens Mineradas estará aberta ao público na Matilha Cultural, localizada no centro da cidade. No espaço, os visitantes têm acesso a obras produzidas por dez mulheres artistas visuais, que tratam do tema da mineração e seus impactos na sociedade e no meio ambiente.

São fotografias, gravuras, esculturas, vídeos e instalações artísticas que buscam reflexão sobre o histórico da mineração no Brasil e seu caráter inerentemente danoso à natureza e às pessoas. As participantes da mostra são Beá Meira, Julia Pontés, o coletivo Kujỹ Ete Marytykwa'awa, Isadora Canela, Isis Medeiros, Lis Haddad, Luana Vitra, Mari de Sá, Shirley Krenak e Silvia Noronha.

Já o Ato Memória e Justiça, pelas vítimas do rompimento da barragem de Brumadinho será realizado NA próximas quinta-feira, das 11h às 16h, na Avenida Paulista, esquina com a Rua Pamplona. Os eventos têm organização do Instituto Camila e Luiz Taliberti, fundado em homenagem a duas das vítimas da tragédia, e da Associação dos Familiares de Vítimas e Atingidos (Avabrum).

Pela programação do ato, às 12h28, horário em que a barragem se rompeu, uma sirene soará na hora do discurso da porta-voz do instituto. Depois, às 13h28 e às 14h28, novos toques da sirene serão acompanhados por discursos em homenagem às vítimas da tragédia em Brumadinho.

Além da exposição e do ato, o instituto relança o *Manifesto Basta de Impunidade. Justiça por Brumadinho*, exigindo celeridade no andamento dos processos, e pede que todas as pessoas consideradas responsáveis sejam processadas e julgadas pelos crimes identificados nas investigações.

ELEIÇÕES

Disputa sobre apoio a Ricardo Nunes agrava crise no PSDB

JULIANO GALISI/AE

A decisão de apoiar ou não o prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), na eleição municipal de outubro agravou a crise no PSDB paulistano. A maior parte do Diretório Municipal defende embarcar no projeto de reeleição de Nunes. O Diretório Nacional, por outro lado, quer lançar candidato próprio. Entre as duas alternativas, há ainda a possibilidade de apoiar Tabata Amaral, pré-candidata pelo PSB.

Ações de dois tucanos neste fim semana reforçaram a divisão da sigla. Orlando Faria, então presidente do Diretório Municipal, renunciou ao mandato. Crítico de Nunes, ele estava insatisfeito com as movimentações do partido em São Paulo para apoiar a reeleição do mandatário.

Já o vereador João Jorge, vice-presidente da Câmara Municipal, por outro lado, é entusiasta da campanha de Nunes. Insatisfeito com as indefinições dos tucanos sobre a eleição na capital em 2024, ele afirmou que vai deixar a sigla em que esteve nos últimos 32 anos.

Ao *Estadão*, Orlando Faria afirma que a saída do Diretório Municipal foi de natureza pessoal e profissional. Diz ainda que era adepto de um candidato tucano à Prefeitura por "questão de sobrevivência". "Tem que ter uma candidatura para pautar o debate", disse Faria. No entanto, sem candidato próprio, por questões programáticas, tinha na pré-candidatura do PSB uma via para o partido. "Para mim, era uma possibilidade", diz Orlando Faria sobre as tratativas com Tabata Amaral, com quem se encontrou em novembro do ano passado.

Faria chegou ao comando do PSDB paulistano em meio ao "fogo amigo" entre as alas do partido ligadas a Eduardo Leite, governador do Rio Grande do Sul e presidente nacional da legenda, e a João Doria, ex-governador de São Paulo. Leite determinou a troca de comando no diretório da capital paulista em outubro de 2023, substituindo o dirigente eleito Fernando Alfredo, aliado de Bruno Covas e Doria. Orlando Faria, Leite e o deputado federal Aécio Neves (MG), ligado à Executiva nacional, eram adeptos de uma candidatura própria.

Em meio ao impasse entre candidato próprio, apoio a Nunes ou a Tabata Amaral, surgiu até sondagem a um egresso do partido. A *Coluna do Estadão* mostrou que Andrea Matarazzo informou ao presidente do PSD, Gilberto Kassab, sobre uma sondagem dos tucanos para disputar a Prefeitura de São Paulo por sua antiga sigla. Ele saiu dos quadros tucanos em 2016.

DEBANDADA

"Eu saio com o coração partido", diz João Jorge ao *Estadão* sobre a desfiliação da sigla que o abrigou por mais de três décadas. O anúncio antecede a janela partidária, período em que os políticos podem mudar de agremiação sem perderem os mandatos eletivos. O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) delimitou o período de 7 de março a 5 de abril para essas movimentações.

Há o risco que João Jorge, tucano histórico, seja o primeiro de uma leva a deixar a sigla na janela - ele mesmo, aliás, fala em estar "puxando a fila" numa bancada que é, por enquanto, a maior da Câmara Municipal de São Paulo. "Eu converso com os oito (vereadores) e estamos muito preocupados. Pode levar mesmo a uma debandada grande da bancada. O PSDB deixou de ser uma legenda atraente, mais repele do que atrai o eleitor", afirma João Jorge

Segundo Jorge, os vereadores tucanos querem honrar os acordos selados por uma gestão iniciada pelo próprio PSDB "A bancada toda, de maneira unânime, quer apoiar o Ricardo Nunes, muito por conta do projeto iniciado com Bruno Covas. Temos um compromisso com essa administração", diz o vereador.

Ricardo Nunes era o vice de Covas, mas, em busca da reeleição, é esperado que os tucanos não angariem nem mesmo a composição de chapa. "O PSDB tem manifestado, desde o começo, que quer fazer a indicação do vice, mas temos que entender o partido perdeu força", diz João Jorge. "Me parece muito que caminha para o governador Tarcísio e o ex-presidente Jair Bolsonaro fazerem a indicação. Todos os partidos gostariam de indicar o vice, mas vamos apoiar o que mais agregar eleitoralmente", completa o vereador.

A esse imbróglio quanto, soma-se o impasse que, por enquanto, deixa os correligionários sem direção. "Acho que o pior cenário é a indefinição", diz Orlando Faria sobre a possível debandada. A falta de uma diretriz definida, para o ex-dirigente na capital, causa instabilidade em eventual acordo com os vereadores.

CRISE NO ESTADO

O partido também está próximo de uma convenção que irá definir o comando da sigla no Estado de São Paulo, a principal base tucana *A Coluna do Estadão* teve acesso a um documento que escancara a "lavação de roupa suja" entre os dirigentes. Paulo Serra, prefeito de Santo André e presidente da Comissão Provisória Estadual, argumenta que o partido não tem estrutura administrativa para realizar o pleito.

Além da questão burocrática, Paulo Serra alegou que a indefinição na eleição paulistana deveria ser pavimentada antes da convenção. "Não é possível estabelecer representação estadual sem antes definir o que será feito politicamente na capital", analisou o prefeito no documento.

FERIADÃO

Rodízio de carros será suspenso dias 25 e 26

O rodízio de veículos de passeio em São Paulo será suspenso na próxima quinta-feira, e também na sexta-feira, em decorrência do feriado prolongado de aniversário da cidade.

De acordo com a Secretaria Municipal de Mobilidade e Trânsito (SMT) e a Companhia de Engenharia de Tráfego (CET), o rodízio de veículos pesados (caminhões), a Zona de Máxima Restrição à Circulação de Caminhões (ZMRC) e a Zona de Máxima Restrição aos Fretados (ZMRF) também não valerão na cidade, mas apenas para o dia 25, quinta-feira.

Na sexta, 26, o rodízio de veículos pesados, a ZMRC e ZMRF voltam a ter operação normal, e apenas o rodízio de veículos de passeio (automóveis) continuará suspenso. Os corredores de ônibus também não serão liberados, segundo a administração.

A rodízio de carros, quando está em vigor, proíbe a circulação de veículos no Anel Viário da Cidade nos períodos da manhã, das 7 horas às 10 horas, e da tarde, das 17 horas às 20 horas. Infringir a regra, que consta no Código de Trânsito Brasileiro, implica infração de trânsito de nível médio, multa de R$ 130,16, e punição de quatro pontos na carteira.

TARIFA ZERO

Conforme já anunciado pela administração no mês de dezembro, as passagens para os ônibus municipais da capital, operados pela SPTrans, não serão cobradas no dia 25 de janeiro. A gratuidade do transporte, aplicada pelo Programa Tarifa Zero aos domingos, também valerá para o dia do aniversário de São Paulo.

A gratuidade das passagens de ônibus também foi válida no dia 25 de dezembro de 2023 (Natal) e no 1º de janeiro deste ano.

Grupo ligado à Força Sindical promove evento de apoio a Nunes e ignora acerto com Bolsonaro

SAMUEL LIMA/AE

Lideranças da Força Sindical minimizaram a aproximação de Ricardo Nunes (MDB) com o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) em evento de promoção do prefeito junto a trabalhadores da construção civil de São Paulo ontem. A entidade sindical se opôs a Bolsonaro durante todo o seu mandato, acusando-o de atacar direitos sociais e de negacionismo na pandemia. Nomes históricos do movimento, no entanto, defendem uma aliança com Nunes e entendem que a oficialização da entrada do PL de Bolsonaro na chapa do prefeito não compromete a decisão

"Eu conheço o Ricardo há muitos anos. Ele nunca foi um cara de direita. É um cara de centro, que aglutinou em volta dele o maior conjunto de partidos que São Paulo já viu", declarou o deputado federal Paulinho da Força (Solidariedade), presidente de honra da Força Sindical. "É uma experiência importante no Brasil essa capacidade de trazer pessoas da extrema-direita à esquerda. Não tem problema o apoio de um partido de direita. O que importa para nós é que você está cuidando de São Paulo".

Nunes, por sua vez, declarou que "a democracia verdadeira é a que você dialoga com todo mundo e respeita os posicionamentos" e aproveitou o discurso para se afastar de posicionamentos radicais de Bolsonaro, como o viés antivacina. "Durante a pandemia, na nossa cidade, não faltou enfermaria, UTI, oxigênio para ninguém e nos tornamos a capital mundial da vacina."

O evento com trabalhadores da construção civil é visto como uma tentativa de Paulinho da Força e do Solidariedade, que anunciou apoio a Nunes na semana passada, de estender esse aval para a Força Sindical como um todo. Seria um contraponto da campanha do prefeito a outros movimentos sindicais, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), que estão com o seu principal adversário na disputa, o deputado federal Guilherme Boulos (PSOL).

O presidente da Força Sindical, Miguel Torres, não compareceu ao encontro. Ele faz parte do chamado "Conselhão" do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e recentemente teve encontro com os ministros Luiz Marinho, do Trabalho, e Alexandre Padilha, de Relações Institucionais, em Brasília.

O Solidariedade, uma legenda de centro-esquerda, fez campanha para Lula nas eleições de 2022 contra Bolsonaro, mas rompeu com o PT em São Paulo por conta de "promessas não cumpridas", nas palavras de Paulinho da Força, sem maiores detalhamentos. O deputado elogiou o prefeito ontem pelo programa de obras habitacionais e de recapeamento, além de cursos profissionalizantes.

MAIS 90 DIAS

Moraes prorroga inquérito do STF sobre milícias digitais

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), prorrogou ontem o inquérito que apura a atuação de milícias digitais nas redes sociais para divulgação de desinformação contra a democracia e às instituições brasileiras durante o governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

Com a decisão, a Polícia Federal (PF) terá mais 90 dias para concluir as investigações. O pedido de mais prazo para encerrar as investigações foi feito pelos delegados responsáveis pelo caso. Em setembro do ano passado, Moraes também prorrogou o inquérito pelo mesmo prazo.

O inquérito aberto no Supremo por determinação de Alexandre de Moraes avalia "fortes indícios" da atuação de uma organização criminosa para atentar contra a democracia e o estado democrático de direito. Em outubro de 2023, Moraes incluiu o relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do 8 janeiro nas investigações. O relatório marcou fim dos trabalhos da comissão e indiciou 61 pessoas, entre elas, Jair Bolsonaro.

O material contém 1,3 mil páginas e 7 terabytes de arquivos digitais, incluindo imagens, vídeos e diversos documentos que embasaram os indiciamentos.

GOLPISTA

PGR é contra ida de Daniel Silveira para regime semiaberto

A Procuradoria-Geral da República (PGR) enviou ao ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF) parecer contrário à progressão do regime de prisão do ex-deputado federal Daniel Silveira. Atualmente, ele está preso em regime fechado no presídio de Bangu, no Rio de Janeiro.

Em abril de 2022, Silveira foi condenado pelo STF a 8 anos e 9 meses de prisão pelos crimes de tentativa de impedir o livre exercício dos Poderes e coação no curso do processo.

De acordo com a defesa, somando o tempo que ficou preso antes da condenação, o ex-parlamentar tem direito a passar para o regime semiaberto por ter cumprido 16% da pena.

Ao opinar contra a progressão de regime, o vice-procurador da República, Hindenburgo Chateaubriand, entendeu que o cálculo feito pelos advogados levou em conta o cometimento de crimes sem violência e não pode ser utilizado no caso concreto.

"Este órgão ministerial manifestou-se pelo indeferimento do pedido, porque o cálculo desenvolvido pela defesa considerou, para fins de transferência para regime menos rigoroso, o cumprimento de 16% da pena a ser computado em casos de crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça, não aplicável ao caso concreto", afirmou.

Após receber o parecer da PGR, Alexandre de Moraes vai decidir sobre o pedido de progressão de regime.

No ano passado, o Supremo anulou o decreto de graça constitucional concedido em 2022 pelo então presidente Jair Bolsonaro para impedir o cumprimento da pena de Silveira. A Corte entendeu que o decreto é inconstitucional por desvio de finalidade de Bolsonaro para beneficiar Silveira.

POLÍCIA MILITAR

STF decidirá se estados podem limitar vagas para mulheres em concursos

JULIANO GALISI/AE

A participação feminina em concursos da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros estará na pauta do Supremo Tribunal Federal (STF) assim que a Corte retomar os trabalhos, por ora interrompidos pelo recesso do Judiciário. Três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) sobre o tema estão previstas para o plenário virtual entre os dias 2 e 9 de fevereiro. Protocoladas pela Procuradoria-Geral da República (PGR), as ações questionam leis e editais de provas que limitam o número de vagas para mulheres nas corporações do Maranhão, do Ceará e do Amazonas.

Esse tipo de ação é uma consulta ao STF para avaliação se determinada legislação fere um princípio garantido pela Constituição. A PGR, no caso, opina que não há amparo legal para limitar a participação feminina nas corporações - o que, pelo contrário, infringiria o princípio constitucional da isonomia, ou seja, de que todos são iguais perante a lei. Às ADIs 7489 (Maranhão), 7491 (Ceará) e 7492 (Amazonas), somam-se outras 14 ações semelhantes protocoladas pelo Ministério Público Federal sobre leis de diferentes Estados brasileiros.

O julgamento do STF ocorre na esteira da sanção com vetos à Lei Orgânica das PMs. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a matéria, mas vetou alguns dispositivos do texto aprovado no Congresso Nacional - entre eles, havia um trecho que versava sobre a presença feminina na Polícia Militar. Na penumbra de um respaldo por meio do Legislativo, o entendimento quanto ao tema, agora, fica na alçada do Judiciário.

Alguns ministros do Supremo já foram acionados sobre a paridade de gênero em concursos e indicam a tendência pela qual podem seguir no julgamento. Em novembro de 2023, Cristiano Zanin autorizou a realização de um concurso para a PM do Rio de Janeiro, então suspenso, desde que removidas as cotas por gênero O ministro já havia suspendido uma prova no Distrito Federal pelo mesmo motivo e, em dezembro, versou da mesma forma quanto a um certame em Mato Grosso.

LEI ORGÂNICA

O debate sobre o tema no plenário do Supremo ganha importância diante da sanção com vetos à Lei Orgânica das PMs. Entre os vetos, havia um dispositivo que versava, justamente, sobre a presença feminina nos concursos para as corporações.

"É assegurado, no mínimo, o preenchimento de 20% das vagas nos concursos públicos por candidatas do sexo feminino", dizia o artigo 15, inciso 6, do projeto aprovado pelo Congresso Nacional A despeito da "boa intenção do legislador", como diz o veto presidencial, o trecho continha uma margem de interpretação dúbia. "Na área de saúde, as candidatas, além do porcentual mínimo, concorrem à totalidade das vagas", seguia o texto aprovado pelos parlamentares.

A confusão é semântica: a concorrência "além" do porcentual mínimo na área da saúde dá a entender que, nos demais setores, as candidatas não seriam elegíveis à ampla concorrência. A questão para a qual o Supremo foi acionado persistiria, com o agravante de passar a ter respaldo legal.

BELFORD ROXO

Lula deve vir à inauguração de escola no RJ batizada em homenagem ao neto

KARINA FERREIRA/AE

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) afirmou, por meio de sua assessoria, que pretende vir à inauguração de uma escola em Belford Roxo, município da Baixada Fluminense, que levará o nome de seu neto Arthur Araújo Lula da Silva. A entrega da escola está marcada para dia 6 de fevereiro. Arthur faleceu em 2019, aos 7 anos, vítima de uma infecção bacteriana.

Segundo informa a Prefeitura, a Escola Municipal Arthur Araújo Lula da Silva terá capacidade para mil alunos e contará com espaços planejados para leitura, vídeo, informática e lazer para alunos e professores.

O prefeito Wagner dos Santos Carneiro, conhecido como Waguinho (Republicanos), é o responsável pela homenagem. Ele é marido da ex-ministra do Turismo e agora deputada, Daniela Carneiro (União-RJ), que foi exonerada do ministério em julho de 2023. Após a demissão, Lula fez diversas conversas com o casal, discutindo a liberação de emendas e obras em benefício a seu município, como a construção de um hospital e de um Instituto Federal.

Como parte da agenda de Lula na cidade, a Presidência confirmou que estão previstos a inauguração da unidade do Instituto Federal, a vistoria das obras do Hospital Oncológico da cidade e uma visita ao Complexo Industrial da Bayer.

O presidente e o prefeito se reuniram na quarta-feira passada, para discutir estragos causados pelas fortes chuvas na cidade fluminense. No encontro, Lula garantiu que o governo federal irá ajudar o prefeito, segundo a prefeitura.

Waguinho, que é evangélico e comanda a sexta maior cidade do Rio desde 2017, foi um importante aliado de Lula na reta final das eleições de 2022, devido à influência que exerce na Baixada Fluminense - região com forte presença evangélica. Ele teve reuniões com os dois candidatos à Presidência antes de decidir quem apoiar.

RELEMBRE

Arthur faleceu com apenas sete anos, em 1º de março de 2019. Lula, que na época estava preso na carceragem da Polícia Federal (PF), em Curitiba, capital do Paraná, recebeu autorização para se despedir do neto e compareceu ao velório em São Bernardo do Campo (SP). A causa da morte da criança foi uma infecção generalizada causada por uma bactéria.

Essa é a segunda homenagem para Arthur. Em marco de 2023, o prefeito de Rondonópolis (MT), José Carlos Junqueira de Araújo (PSB), anunciou que uma creche em construção na cidade levaria o nome do neto de Lula, que chorou emocionado ao lado da esposa Janja ao saber.

O anúncio foi feito em um evento de entrega de casas na cidade. Na ocasião, o prefeito disse que recebeu a autorização de Janja para conceder a homenagem.

DECRETO

Lewandowski é oficialmente nomeado ministro da Justiça

SANDRA MANFRINI/AE

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski foi nomeado ministro da Justiça e Segurança Pública. O decreto presidencial foi publicado em edição extra do Diário Oficial da União ontem. Segundo o ato, ele passará a exercer o cargo em 1º de fevereiro.

A data em que Lewandowski assumirá de fato o posto já estava definida desde que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) o confirmou para o ministério. Até lá, o ministro Flávio Dino segue no comando da Justiça. Dino assumirá uma cadeira no Supremo em 22 de fevereiro.

Desde que Flávio Dino foi indicado para uma vaga no STF, em 27 de novembro do ano passado, Lewandowski era o favorito para comandar a Justiça. Ele pretendia começar uma temporada de trabalho mais tranquila e aproveitar mais a família, após deixar a Corte em abril do ano passado. No entanto, recebeu incentivo de amigos e da própria família para aceitar o convite de Lula.

Com a saída de Dino e a entrada de Lewandowski, o Ministério da Justiça poderá ganhar atuação mais discreta. Em conversas reservadas, aliados de Lula afirmam que o ex-presidente do STF não tem o mesmo perfil de enfrentamento de Dino, que protagonizou vários confrontos com apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL).

A relação do presidente da República com o ministro aposentado da Suprema Corte é de confiança pessoal. Lewandowski chegou ao STF em 2006, indicado por Lula com apoio da então primeira-dama Marisa Letícia. Ele foi um dos principais interlocutores de Lula no Judiciário até 2023, quando completou 75 anos e precisou se aposentar. Em 2016, como presidente do STF, ele presidiu também o processo de impeachment contra Dilma Rousseff (PT). O processo depôs a petista, mas não a deixou inelegível.

MUDANÇAS

Lewandowski já definiu os principais quadros da sua equipe no Ministério da Justiça. O atual secretário nacional de Segurança Pública, Tadeu Alencar, um ex-deputado do PSB de Pernambuco, dará lugar ao chefe do Ministério Público de São Paulo (MP-SP), Mário Sarrubbo. Egresso da militância política e partidária no PCdoB, o jornalista Ricardo Cappelli será substituído na Secretaria-Executiva pelo advogado Manoel Carlos de Almeida Neto.

PREVARICAÇÃO

Delegado vira réu por querer investigar Aras

RAYSSA MOTTA/AE

O delegado Bruno Caladrini, da Polícia Federal (PF), vai responder a uma ação penal por pedir a investigação do ex-procurador-geral da República Augusto Aras e do ex-ministro da Economia Paulo Guedes.

Procurado pela reportagem do *Estadão*, ele ainda não havia se manifestado sobre o processo até a publicação deste texto. O espaço permanece aberto.

A juíza Pollyanna Alves, da 12ª Vara Federal Criminal do Distrito Federal, aceitou a denúncia oferecida pelo Ministério Público Federal e abriu um processo contra o delegado por três crimes - prevaricação, tentativa de obter provas ilicitamente e de iniciar persecução penal sem justa causa, os dois últimos previstos na Lei de Abuso de Autoridade.

"Reputo demonstrada a plausibilidade das alegações contidas na denúncia em face da circunstanciada exposição do fato tido por criminoso e descrição das condutas, bem como em razão dos documentos carreados", diz um trecho da decisão, assinada em 17 de dezembro de 2023.

Nesta fase, são analisados apenas aspectos formais da denúncia, ou seja, se ela preenche os requisitos mínimos para admissibilidade. O julgamento do mérito só ocorrerá após a oitiva de testemunhas e o envio de argumentos pela acusação e pela defesa.

O delegado fazia parte do setor de Coordenação de Inquéritos nos Tribunais Superiores (CINQ), braço da PF responsável pela investigação de autoridades com prerrogativa de foro, mas foi transferido. Ele pediu para investigar a relação entre Augusto Aras e Paulo Guedes depois que o PGR vazou por acidente, no status do WhatsApp, um pedido do economista para se livrar de um depoimento na Polícia Federal.

Caladrini chegou a pedir ao Supremo Tribunal Federal (STF) busca e apreensão dos celulares de Aras e Guedes. Na ocasião, o pedido foi negado pelo ministro Luís Roberto Barroso.

O delegado também foi responsável pela investigação que prendeu o ex-ministro da Educação, Milton Ribeiro, pelo loteamento do orçamento da pasta para atender a demandas de lideranças evangélicas no governo do ex-presidente Jair Bolsonaro. O caso foi revelado pelo *Estadão* e ficou conhecido como "gabinete paralelo".

Nota

DEFESA PROMETE PROPOSTA DEFINITIVA PARA DAR APOIO AOS YANOMAMI

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, prometeu ontem que apresentará até o fim da semana um projeto para atuação definitiva das Forças Armadas na região da Terra Indígena Yanomami (TIY), no Norte do Brasil, após pedido do ministro da Casa Civil da Presidência da República, Rui Costa, coordenador dessa operação interministerial na região. "Ele (ministro Rui Costa) me pediu, e eu vou apresentar, até o final desta semana, uma proposta para que esse trabalho lá, no Norte, seja definitivo. Nós vamos ter que deixar uma aeronave definitiva, é uma coisa que nós vamos apresentar. Mas, quando põe em algum lugar, falta em outro lugar", observou o ministro da Defesa. Em entrevista o entrevista exclusiva à Agência Brasil, o diretor de Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal, Humberto Freire de Barros, confirmou que aviões ilegais entram diariamente no Território Yanomami. Denúncias feitas por líderes indígenas locais apontaram falta de controle do espaço aéreo próximo à TIY.

VERÃO: Sol com muitas nuvens com chuva pela manhã, a tarde e a noite. Manhã Tarde Noite 28º 21º 85% 05:26 18:41

CRIMINALIDADE

PM usará câmeras do transporte público em reconhecimento facial

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

A Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMRJ) aumentou o número de câmeras usadas para abastecer o sistema de reconhecimento facial. Ontem, no Palácio Guanabara, sede do governo do estado, foi assinado o termo de adesão de concessionárias do transporte público à iniciativa. O Metrô Rio, a Supervia (que opera o transporte ferroviário) e a CCR Barcas e a CCR Via Lagos (que opera a Rodovia dos Lagos, ligação do Rio de Janeiro com a Costa do Sol) disponibilizarão o acesso às câmeras presentes nas estações e vias.

O sistema vai usar a rede de fibra ótica da Agência Reguladora de Serviços Públicos Concedidos de Transportes Aquaviários, Ferroviários, Metroviários e de Rodovias do Estado (Agetransp). As imagens das câmeras vão ficar concentradas no Centro Integrado de Comando e Controle (CICC).

O sistema de videomonitoramento da PM começou no *Réveillon* de 2023, com pouco mais de 100 câmeras, e foi ampliado na semana passada, a partir de uma parceria com a prefeitura do Rio de Janeiro, com o acesso às 21 câmeras do Centro de Operações do Rio (COR) instaladas no bairro boêmio da Lapa. Com a adesão das concessionárias de transporte, mais de mil câmeras passam a fazer parte do sistema. O investimento do governo estadual foi de R$ 18 milhões, entre equipamentos e *softwares*.

O sistema de reconhecimento facial é alimentado pelo banco de dados da Polícia Civil. Segundo o governador do estado, Cláudio Castro, o uso da tecnologia de reconhecimento facial tem como objetivo melhorar as ações de combate à criminalidade. Castro afirma que, com o sistema, a probabilidade de falhas e prisões por engano é pequena.

"(É) óbvio que a gente busca tecnologias melhores o tempo todo para que esse reconhecimento facial não seja falho. Os dados são satisfatórios, e o índice de erro é bem pequeno, mas, com certeza, a gente trabalha para ter erro zero. Por isso, a participação da Polícia Civil é fundamental, para que se possa fazer todo o trabalho de perícia e não pegar uma pessoa injustamente", disse.

No *réveillon* passado, a tecnologia levou a prisões na capital fluminense, duas delas de maneira equivocada. Não havia mandado de prisão em aberto contra essas pessoas no banco de dados da Justiça e elas foram soltas. Na época, a Secretaria de Segurança Pública atribuiu os erros às "inconsistências do sistema", por uma "questão de atualização dos bancos de dados". E afirmou que trabalhava para unificar bancos da polícia, justiça e governo federal para tornar as abordagens mais rápidas.

ÚNICA SOLUÇÃO

UE pressiona Israel por criação de Estado palestino

Os ministros de Relações Exteriores da União Europeia (UE) insistiram, ontem, que a criação de um Estado palestino é a única forma crível de alcançar a paz no Oriente Médio e expressaram preocupação com a clara rejeição da ideia pelo primeiro-ministro de Israel, Benjamin Netanyahu.

"As declarações de Benjamin Netanyahu são preocupantes. Será necessário um Estado palestino com garantias de segurança para todos", disse o ministro francês de Relações Estrangeiras, Stephane Sejourne, aos jornalistas em Bruxelas, onde os ministros da UE se reuniram para discutir a guerra em Gaza.

O ministro das Relações Exteriores de Israel, Israel Katz, e seu colega da mesma pasta da Jordânia, Ayman Safadi, também estiveram na capital da Bélgica para participarem das conversas. A questão do futuro de Gaza também colocou Israel em oposição aos Estados Unidos e aos seus aliados árabes, enquanto estes trabalham para mediar o fim dos combates no território palestino sitiado.

O número de mortos palestinos na guerra entre Israel e o Hamas ultrapassou 25 mil, informou o Ministério da Saúde na Faixa de Gaza, governado pelo Hamas. Israel disse, no domingo, que houve a morte de um dos reféns feitos durante o ataque de 7 de outubro que desencadeou o conflito.

A UE é o principal bloco de ajuda aos palestinos, mas tem pouca influência sobre Israel, apesar de ser o seu maior parceiro comercial. Os 27 países membros também estão profundamente divididos na sua abordagem. Mas à medida que aumenta o número de mortos em Gaza, crescem os apelos para o fim dos combates.

"Gaza está numa situação de extrema urgência. Existe o risco de fome. Existe o risco de epidemias. A violência tem de parar", afirmou o Ministro de Relações Exteriores belga, Hadja Lahbib, cujo país detém a presidência rotativa da UE.

"Exigimos um cessar-fogo imediato, a libertação dos reféns, o respeito pelo direito internacional, (e) um regresso ao processo de paz, que deve levar à criação de dois Estados que vivam em paz lado a lado", disse Lahbib, descrevendo uma solução de dois Estados como "a única forma de estabelecer a paz duradoura na região".

Israel parece distante de atingir seus objetivos de esmagar o Hamas e libertar os mais de 100 reféns restantes. Mas Netanyahu rejeita a criação de um Estado palestino e parece querer um controle militar ilimitado sobre Gaza.

A disputa sobre o futuro do território surge em um momento em que a guerra continua sem fim à vista e coloca a UE, os Estados Unidos e os seus aliados árabes contra Israel.

A UE convidou os ministros de Israel, dos palestinos, do Egito, da Jordânia e um representante da Liga Árabe para participarem nas conversas desta segunda-feira. Os ministros de Israel e dos palestinos não deveriam se encontrar.

Os ministros europeus pretendiam ouvir os outros planos de Israel.

"Quais são as outras soluções que eles têm em mente?", perguntou o chefe de política externa da UE, Josep Borrell, que presidiu a reunião. "Para fazer todos os palestinos partirem? Matá-los?

Borrell condenou o que descreveu como as atrocidades cometidas pelo Hamas durante os ataques sem precedentes de 7 de outubro no sul de Israel. Referindo-se à ação militar israelense, ele disse: "Eles estão semeando o ódio por gerações".

"A paz e a estabilidade não podem ser construídas apenas por meios militares", disse ele.

A Espanha pressionou por uma conferência de paz para discutir o cenário quando os combates terminarem. Está em preparação uma futura reunião em Bruxelas, mas o calendário permanece em aberto O plano tem o apoio de alguns países membros da UE, mas outros dizem que só poderá acontecer com o apoio de Israel.

"Se Israel não estiver na mesa, não adianta realizar conferências de paz", disse o ministro das Relações Exteriores de Luxemburgo, Xavier Bettel. Ele disse que, após recentes discussões com autoridades israelenses, ficou claro para ele que o país não estará pronto enquanto acreditar que o Hamas ainda representa um perigo.

Ao chegar à reunião, Katz, de Israel, recusou-se a responder quando questionado sobre a possibilidade de um Estado palestino. Segurando fotos de reféns israelenses, Katz disse que veio buscar apoio para a campanha de Israel para desmantelar o Hamas.

"Temos que trazer de volta nossa segurança. Nossos bravos soldados estão lutando em condições muito difíceis", disse a repórteres. Os objectivos do governo israelense, disse Katz, são claros: "trazer de volta os nossos reféns e restaurar a segurança dos cidadãos de Israel".

JUSTIÇA ELEITORAL

TRE faz campanha para concluir biometria de 4 mi de eleitores

VINICIUS LISBOA/ABRASIL

O Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) lançou, ontem, campanha para concluir o levantamento biométrico de todos os eleitores do estado até a data do fechamento do Cadastro Eleitoral, em 8 de maio.

Segundo o tribunal, o estado tem pouco mais de 65% de seus eleitores com as impressões digitais registradas na Justiça Eleitoral. Isso significa que cerca de 4,3 milhões de eleitores ainda não fizeram a coleta das digitais. Na cidade do Rio, a situação é pior, com apenas cerca de 60% de eleitores com biometria e dois milhões sem o cadastro.

A Justiça Eleitoral optou pela utilização de impressões digitais para identificar os eleitores em 2008, e, desde então, realiza o cadastramento biométrico, com prazo final marcado para 2026. O TRE do Rio pretende atingir a meta nas eleições de 2024.

O Rio de Janeiro é um dos estados que tem o menor percentual de cadastrados. Abaixo dele, apenas Minas Gerais (62%) e Espírito Santo (55%). A unidade da federação que está mais perto de concluir o processo é o Piauí, com quase 94% de eleitores com biometria.

PROCEDIMENTO

O presidente do TRE-RJ, desembargador Henrique Carlos de Andrade Figueira, explica que o procedimento é rápido e adiciona mais uma camada de segurança ao processo de votação.

"As digitais coletadas garantem que cada pessoa seja única no Cadastro Eleitoral, afastando a possibilidade de um eleitor se passar por outro na hora de votar. Esse é um procedimento que reforça a segurança de todo o processo eleitoral e da sociedade", afirmou em entrevista coletiva.

COMO SE CADASTRAR

Os eleitores de todos os estados podem conferir se suas biometrias já foram registradas no site da Justiça Eleitoral.

O TRE-RJ indica que os eleitores fluminenses que não estejam biometrizados devem procurar, o quanto antes, um dos 165 cartórios eleitorais ou uma das 18 Centrais de Atendimento ao Eleitor, das 11h às 17h. É necessário levar documento de identificação com foto e comprovante de residência.

Para aumentar o acesso ao serviço, será realizada esta semana uma ação - em parceria com a concessionária o Metrô do Rio de Janeiro, a MetrôRio. Dez guichês de atendimento do TRE-RJ estarão entre terça (23) e quinta (25) no interior do Acesso C da estação Carioca/Centro, das 9h às 15h, para realizar o cadastramento biométrico.

Diretora-geral do TRE-RJ, Eline Iris convida os eleitores para que se antecipem e façam o cadastramento antes da reta final do prazo, que termina em 8 de maio, e também vale para outros serviços referentes à situação eleitoral.

"Queremos evitar as tradicionais filas de última hora, até porque a coleta de biometria aumenta essa procura. O ideal é antecipar", finalizou

ENTREVISTA

Líder do partido da extrema direita da Alemanha defende que país deixe a UE

Alice Weidel, uma das líderes do partido de extrema direita Alternativa para a Alemanha (AfD, na sigla original), elogiou a saída do Reino Unido da União Europeia (UE) e afirmou que país é um "modelo para a Alemanha" em entrevista ao *Financial Times*, publicada ontem. Segundo ela, caso a AfD chegue ao poder, deve realizar um referendo semelhante ao Brexit sobre a permanência da Alemanha no bloco.

Weidel disse que um governo do partido buscaria reformar a UE e eliminar seu "déficit democrático" e limitar os poderes da Comissão Europeia. "Mas se uma reforma não for possível, se não conseguirmos reconstruir a soberania dos Estados membros da UE, deveríamos deixar o povo decidir, assim como o Reino Unido fez", disse ela. "E poderíamos ter um referendo sobre o 'Dexit' - a saída da Alemanha da UE", afirmou ela para o jornal. De acordo com o FT, pesquisas sugerem que a grande maioria dos alemães votaria pela permanência na UE.

O AfD foi fundado como um partido eurocético (descrença na União Europeia) em 2013 e entrou pela primeira vez no Bundestag, o Parlamento alemão, em 2017. Pesquisas agora o colocam em segundo lugar a nível nacional, com cerca de 23%, muito acima dos 10,3% que obteve durante as últimas eleições federais em 2021.

O partido está no centro das atenções após uma reportagem do meio de comunicação *Correctiv* revelar, na semana passada, uma reunião entre extremistas de direita, ocorrida recentemente, para discutir a deportação de milhões de imigrantes, incluindo alguns com cidadania alemã. Figuras do extremista Movimento Identitário e membros do partido do Alternativa para a Alemanha participaram dessa reunião, segundo o *Correctiv*.

O AfD procurou se distanciar da reunião extremista, dizendo que não tinha ligações organizacionais ou financeiras com o evento, que não era responsável pelo que foi discutido lá e que os membros que participaram fizeram isso a título puramente pessoal.

Protestos contra o AfD foram realizadas em várias cidades alemãs entre sexta-feira passada, e no último domingo, com políticos dizendo que o partido representa uma ameaça às instituições democráticas do país. Na entrevista ao *FT*, Weidel condenou a própria reportagem do *Correctiv* - ela já havia rompido com um conselheiro que esteve no encontro.

"Foi apenas uma tentativa de criminalizar a ideia de repatriar legalmente pessoas que não têm permissão para permanecer aqui, ou que estão sujeitas a uma ordem de deportação", afirmou ela ao *FT*. "A AfD é o partido que defende a aplicação das leis deste país."

Weidel diz que o conceito de "remigração" significa expulsar pessoas que "adquiriram cidadania ilegalmente sob falsos pretextos" ou "com dupla nacionalidade de suspeitos de terrorismo ou condenados por crimes".

EUA

Trump abre vantagem sobre Haley para primária de New Hampshire

O ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump liderava, por uma ampla margem, a preferência dos eleitores para as primárias do Partido Republicano de New Hampshire, segundo pesquisa realizada pela Universidade Monmouth, em parceria com o *Washington Post*.

A sondagem mostrou que Trump detinha 52% das intenções de voto nas primárias que serão realizadas hoje, enquanto a ex-governadora da Carolina do Sul e ex-embaixadora da Organização das Nações Unidas (ONU) Nikki Haley recebia 34% das intenções de voto.

A pesquisa foi realizada antes da desistência do governador da Flórida, Ron DeSantis, neste domingo, 21. Na sondagem, DeSantis aparecia com apoio de 8%.

"A base de Trump continua mais comprometida e motivada do que outros eleitores nas primárias", disse Patrick Murray, diretor do independente Monmouth University Polling Institute.

Mais simpatizantes de Trump (69%) do que de Haley (55%) dizem que estão extremamente motivados para votar nas primárias.

A sondagem mostrou que a área mais forte do ex-presidente é a política de imigração, uma vez que 62% dos ouvidos confiam mais nele para lidar com esta questão, em comparação com 26% que confiariam mais em Haley. Trump também tem uma forte vantagem na política econômica - 58%, contra 29% para Haley - e na política externa - 57%, contra 32% para Haley.

Nota

IRÃ ESTARIA 'DIRETAMENTE ENVOLVIDO' EM ATAQUES DE REBELDES DO IÊMEN

O Irã está "muito diretamente envolvido" em ataques a embarcações marítimas que rebeldes houthis do Iêmen têm realizado, durante a guerra entre o Hamas e Israel, afirmou ontem Brad Cooper, vice-almirante que é o principal militar americano no Oriente Médio. Em entrevista, porém, Cooper não chegou a dizer que Teerã foi diretamente responsável por ataques ocorridos no Mar Vermelho e no Golfo de Áden. A autoridade militar admitiu que os ataques associados ao Irã têm se expandido, de antes ameaçarem apenas o Golfo Pérsico e seu Estreito de Hormuz para águas mais abrangentes do Oriente Médio. "Claramente, as ações dos houthis, provavelmente em termos de seus ataques a navios mercantes, são as mais significativas que temos visto em duas gerações", afirmou, em entrevista por telefone. Cooper qualificou os episódios como "ataques à comunidade internacional", que recebem com isso uma resposta internacional. Desde novembro, rebeldes houthis apoiados pelo Irã lançaram ao menos 34 ataques contra navios mercantes em águas que levam ao Canal de Suez, no Egito, uma rota crucial para energia e cargas vindas da Ásia e do Oriente Médio para a Europa.

Diário do Acionista
As publicações legais de sua empresa com o melhor preço em um jornal de qualidade
Tels.:
(21) 99122-4278
(11) 2655-1899